



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO ENSINO SOBRE IDENTIDADE, DIVERSIDADE E GÊNERO NO JORNALISMO

Daiane Bertasso¹; daianebertasso@gmail.com

RESUMO

Este trabalho surge da vivência experienciada na prática docente do ensino sobre identidade, diversidade e gênero no ensino de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Compreende-se que saberes sobre gênero e demais marcadores sociais interseccionais, como raça, classe, sexualidade etc. são conhecimentos indispensáveis e que necessitam de reflexões que irão repercutir, de modo transversal, nas diversas disciplinas do currículo. Por isso, a partir de uma reflexão entre algumas teorias relativas à identidade, estudos de gênero e feminismos e a prática docente, defende-se a importância de uma disciplina específica para tratar sobre estes conhecimentos, por meio de metodologias que contribuam de modo transversal na formação de jornalistas éticos, responsáveis e comprometidos no combate às desigualdades e na busca de justiça social.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo. Gênero. Feminismos. Estudos Culturais. Docência.

1. INTRODUÇÃO

Neste ano de 2026 estamos completando 10 anos do início dos estudos de gênero e feminismos no currículo do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), de modo continuado, já que nos mais de 40 anos do curso as atividades de ensino relativas a esta área do conhecimento eram mais pontuais, ligadas a interesses pessoais de alguns(as) docentes que traziam as discussões de maneira

¹ Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



transversal em suas aulas ou em ofertas de disciplinas eletivas como tópicos especiais (AYRES, 2024). Sendo assim, a disciplina Jornalismo e Gênero “[...] não foi a primeira a abordar a questão no curso de Jornalismo da UFSC. Mas foi a primeira vez a ser ofertada a partir de uma perspectiva político-pedagógica expressa, documentada e formalizada com Programa e Plano de Ensino” (AYRES; BERTASSO, 2020, p. 4). Esta trajetória recente pode acompanhar de perto, por meio da participação na criação coletiva desta disciplina específica sobre Jornalismo e Gênero durante o segundo semestre de 2016, após a realização de uma edição experimental da disciplina no primeiro semestre do mesmo ano.

A construção da disciplina se deu a partir da reivindicação coletiva das estudantes que integravam o Coletivo Jornalismo Sem Machismo e buscavam um espaço de formação no curso que discutisse e tensionasse sobre a responsabilidade do Jornalismo na produção e reprodução de narrativas que perpetuam machismo, sexismo e a misoginia, somada à necessidade de mudanças nas próprias relações entre alguns(as) integrantes da comunidade acadêmica, assim, se constitui a primeira edição da disciplina, no primeiro semestre de 2016. O plano de ensino experimental foi feito entre as estudantes do Coletivo, sob a coordenação do então chefe do departamento do curso professor Carlos Augusto Locatelli, com o auxílio da então pós-doutoranda e agora professora do Curso Melina Ayres. A disciplina ocorreu predominantemente no formato de palestras, com a contribuição de diversas pesquisadoras de outros cursos da UFSC que já tinham experiência nos estudos de gênero e feminismos. Após esta edição experimental, a disciplina Jornalismo e Gênero foi ofertada como disciplina eletiva no primeiro semestre de 2017, conforme relatado em outro trabalho, desenvolvido com as colegas que dividiram comigo esta experiência (BERTASSO; NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2020).

A disciplina foi ofertada como eletiva (optativa) em seis semestres (2016.1, 2017.1, 2018.1, 2018.2, 2019.1) e, desde 2020.1, passou a ser disciplina obrigatória do



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



curso, já na primeira fase, com o nome “Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero”, a mudança no nome se deu pela necessidade de modificação de código para matrículas (AYRES; BERTASSO, 2020). Particularmente, além da criação coletiva do programa e plano de ensino da disciplina nas reuniões de 2016.2, fui responsável por coordenar a disciplina em 10 semestres, o primeiro em 2017.1 e os outros nove semestres foram de 2020.1 até 2024.1. Nos demais semestres, estiveram à frente da disciplina as colegas que também participaram da sua construção, Fernanda Nascimento (2017.1, 2018 e 2019) e Jessica Gustafson (2017.1, 2024.2 e 2025). As reflexões que trago aqui resultam deste percurso coletivo e, em especial, dos 10 semestres em que estive na coordenação da disciplina.

A partir da formalização como disciplina obrigatória no Curso de Jornalismo da UFSC em 2020, a ementa da disciplina ficou assim descrita: “Identidade, diversidade, gênero, mídia e suas relações com a cultura. Interseccionalidades entre gênero, sexualidade, raça, classe, etnia e geração. Representações de identidades e minorias na mídia”. Ayres (2024) destaca como a proposta da disciplina foi se consolidando a cada semestre a partir da observação nos ajustes da ementa. A partir da referida ementa, os objetivos da disciplina são: - Refletir sobre a construção sociocultural de identidades, diversidade e relações de gênero; - Discutir as principais perspectivas teóricas dos estudos de gênero e as tendências contemporâneas dos movimentos feministas; - Analisar as representações de gênero nas mídias e como as questões de gênero são abordadas em produtos jornalísticos; - Sensibilizar acerca da produção de sentidos sobre a violência de gênero através dos conteúdos midiáticos; - Refletir sobre o jornalismo como instrumento de manutenção das desigualdades ou como agente transformador das relações de gênero; - Observar as ações/movimentos/práticas de resistências e transgressões na perspectiva de gênero.

A abordagem teórica da disciplina foi constituída e vem sendo trabalhada pela perspectiva dos Estudos Culturais, para pensar as relações do jornalismo e das mídias



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



com a cultura e sociedade, a respeito de questões sobre identidade, representações, hegemonia, estereótipos etc. Já em relação às questões de gênero e demais marcadores sociais, embora procuremos trazer uma historicidade a respeito dos movimentos feministas e do próprio conceito de gênero, a ênfase tem sido na perspectiva do feminismo interseccional, refletindo não somente sobre gênero, como também raça, etnia, classe, sexualidade, dentre outros marcadores sociais das diferenças e das desigualdades, conforme iremos tratar neste artigo mais adiante. Em algumas edições da disciplina foi possível introduzir abordagens contemporâneas como do feminismo descolonial a partir da perspectiva autoras como María Lugones (2014), que tratam a racialização dos corpos como processo intrínseco à colonização do gênero.

Sobre a metodologia da disciplina “Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero”, o seu foco está no conhecimento prévio do(a) estudante, em compreender os contextos e vivências de cada um(a) e, a partir da leitura prévia dos materiais, propor espaços de diálogo e debates na interação durante as aulas presenciais, além de trabalhos em grupos para estudo, leitura e análises de produtos culturais e materiais midiáticos e jornalísticos, motivando a uma interpretação crítica destes materiais e da realidade social. Esta perspectiva de uma construção coletiva do saber está relacionada às epistemologias feministas que questionam e criticam a pretensa neutralidade, objetividade e universalidade da ciência moderna. Os “saberes localizados”, de Donna Haraway (1995), elucidam que o aprendizado está vinculado às vivências do corpo, em determinado tempo e espaço. As vivências, experiências cotidianas e repertórios de professores(as) e estudantes estão intrínsecas no processo de produção de conhecimento e de ensino aprendizagem.

Nestes exercícios de análises, os(as) estudantes selecionavam materiais que eram avaliados como positivos, que promoviam rupturas com as normas sociais essencialistas que geram preconceitos e desigualdades, assim como eram selecionados materiais negativos, que reforçavam as hierarquias de gênero, preconceitos e



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



desigualdades. No decorrer deste artigo, na medida do possível, devido à limitação das regras de formato, algumas das atividades desenvolvidas nas edições da disciplina serão abordadas no texto.

A partir da síntese deste percurso, apresento neste artigo uma reflexão que relaciona algumas das teorias trabalhadas na disciplina com algumas experiências práticas da docência, com o objetivo de refletir sobre os desafios e potencialidades do ensino sobre Identidade, Diversidade e Gênero no Jornalismo.

2. IDENTIDADE E DIFERENÇA

O primeiro módulo da disciplina trata de “Identidade, Gênero, Cultura e Linguagem”, problematizando a respeito de práticas culturais e discursivas que evidenciam relações de gênero e relações de poder. É um módulo amplo trabalhado nas primeiras aulas, que introduz questionamentos sobre vários aprendizados cristalizados e estruturados socioculturalmente.

Os processos que constituem a identidade, seja ela individual ou coletiva, estão diretamente relacionados à identificação da diferença. Para compreendermos o que nos define, aquilo que nos identifica enquanto sujeitos, quem somos, quais são nossos gostos, preferências e características, é preciso saber discernir aquilo que nós não somos, aquilo que não nos identificamos e, ao mesmo tempo, o que identificamos como diferente daquilo que somos. Estes são processos basilares e naturalizados no decorrer da nossa existência, tanto que muitas vezes são ignorados ou negligenciados nas interações sociais e na convivência em sociedade. É preciso desnaturalizar este processo que é estruturado pela linguagem para compreender que tanto a identidade depende da diferença, como a diferença depende da identidade.

[...] Numa visão mais radical, entretanto, seria possível dizer que, contrariamente à primeira perspectiva, a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual *tanto* a



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



identidade *quanto a* diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas. Na origem estaria a diferença - compreendida, agora, como ato ou processo de diferenciação. (SILVA, 2000, p. 76, grifos do autor)

Para Tomaz Tadeu da Silva (2000) a produção social e cultural da identidade e da diferença ocorre por meio de atos de criação linguística, ou seja, dependem das variações e modalidades de linguagem, por meio de processos de produção simbólica e discursiva que estão sujeitos a relações de poder. Desse modo, pessoas ou grupos que possuem privilégios de dividir, classificar, hierarquizar, o fazem a partir do ponto de vista de suas identidades, estabelecendo relações de poder assimétricas. “[...] Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados” (SILVA, 2000, p. 82). O autor segue em consonância com as reflexões do filósofo francês Jacques Derrida, com o exemplo das oposições binárias que expressam uma visão de mundo em que um dos termos é sempre privilegiado, recebendo uma valoração positiva, enquanto o outro recebe uma valoração negativa. É o caso das relações de identidade e diferença que se dão por meio de oposições binárias, como masculino/feminino, branco/preto, heterossexual/homossexual. Quem (ou aqueles) deter o poder e privilégio de fixar uma determinada identidade, elege, arbitrariamente, esta identidade específica como a norma e parâmetro para que as demais sejam avaliadas como “Outras” e hierarquizadas.

Sobre o privilégio de classificar a identidade como norma, em se tratando das oposições binárias, realizamos diversas vezes em sala de aula o exercício de buscar no dicionário Michaelis online os significados dos termos “masculino” e “feminino” e de “homem” e “mulher”. Neste artigo, fizemos novamente as buscas e os mesmos significados permanecem nos resultados. Para o termo “masculino” há os seguintes significados principais: “1 Relativo ao sexo dos animais machos; macho. 2 Que denota vigor, força ou virilidade. 3 Próprio do homem [...]. 4 Destinado só a homens” (MICHAELIS, 2026, online). Sobre o termo “feminino”, os significados principais são:



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



“1 Relativo a ou próprio de mulher [...]; 2 Relativo a ou próprio de fêmea. 3 Relativo ao sexo que se caracteriza pelo ovário nos animais e nas plantas; fêmeo; 4 Diz-se de flor que tem apenas pistilo(s)” (MICHAELIS, 2026, online). A oposição binária fica explícita, atrelada à perspectiva de gênero relacionada ao sexo biológico, tanto que na explicação do termo “masculino” o termo “feminino” é colocado como antônimo, ou seja, o oposto.

Este senso comum explicitado nos dicionários expressa o quanto as questões de gênero estão cristalizadas em nossa sociedade e cultura e estruturam e reforçam relações de poder assimétricas, desigualdades e preconceitos. Isto fica mais evidente na busca no Michaelis online (2026) referente aos termos “homem” e “mulher”. Para “homem” tem-se inúmeras definições positivas, em especial a alusão à “espécie humana; a humanidade”, reforçando tal identidade como a norma, numa compreensão universal de homem. Ainda, há diversas expressões como “homem da lei”, “homem de Deus”, “homem de palavra” etc. Já em relação ao termo “mulher”, há o reforço da perspectiva binária, em explicações como: “Ser humano do sexo feminino” e “Pessoa adulta do sexo feminino; rabo de saia, racha, rachada”, além da ênfase em termos pejorativos nos exemplos de expressões como: “mulher à toa”, “mulher da rota”, “mulher da rua”, “mulher da vida”, entre outras, ao todo são 12 expressões que indicam como sinônimo ver o termo “prostituta”, expressando características machistas, sexistas, racistas e misóginas da cultura brasileira (GONZALEZ, 1984).

O poder de definir estes conceitos do dicionário, historicamente, tem sido centrado na identidade considerada “a norma”, ou seja, homens, brancos, heterossexuais, em posições de prestígio e poder. A produção do conhecimento promovida pelos preceitos da ciência moderna, de neutralidade, objetividade e universalidade, historicamente esteve alicerçada a valores masculinos e reproduzida em todos os campos do saber. E no jornalismo tradicional e hegemônico não é diferente:



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22, 23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



[...] a partir de um paradigma (moderno/colonial/positivista), de um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista, etc.) e de uma epistemologia hegemônicas que se estabeleceriam alguns valores que estão presentes nos saberes produzidos para que sejam entendidos como verdade. (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 41)

Por isso se faz necessário problematizar e debater sobre os essencialismos e estereótipos ainda presentes nos discursos jornalísticos. Ao refletirmos sobre a produção da identidade e da diferença a partir de Tomaz Tadeu da Silva (2000) e sobre a fragmentação das identidades a partir de Stuart Hall (2005), procuramos dialogar com os(as) estudantes de que a concepção moderna de existência de um sujeito centrado e com uma identidade fixa passou por uma série de rupturas teóricas, incluindo as contribuições dos movimentos e das epistemologias feministas. A partir da teoria cultural e social pós-estruturalista, dos feminismos e dos estudos de gênero, há a subversão das identidades, que passam a ser vistas, como fragmentadas, múltiplas, inacabadas e em constante transformação.

2.1 Caminhada dos privilégios: identidades, diferenças e desigualdades

A dinâmica “Caminhada dos privilégios” foi realizada na grande maioria dos semestres em que a disciplina foi ofertada, desde o semestre de 2017/1. Resumidamente, conforme já explicado em outro trabalho (BERTASSO; NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2020), na aula inicial da disciplina a caminhada era realizada em espaço aberto, fora da sala de aula, em que todos(as) ficavam lado a lado, para responder às perguntas realizadas por uma das docentes (na maioria das vezes a disciplina ocorreu de modo coletivo, com a docente responsável e as estagiárias de docência). A cada pergunta, as pessoas deveriam dar um passo à frente ou um passo para trás, conforme a orientação no final de cada pergunta, com questões como:

1. Se os seus pais trabalharam noites e finais de semana para sustentar a sua família, dê um passo para trás. (Classe);
2. Se você consegue andar pelo



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



mundo sem sentir medo de assédio sexual, dê um passo para frente. (Gênero); 3. Se você consegue demonstrar afeto pelo seu companheiro romântico em público sem sentir medo de ridicularização ou violência, dê um passo para frente. (Gênero e Sexualidade); 4. Se você já foi diagnosticado com alguma doença ou deficiência mental/física, dê um passo para trás. (Capacitismo); 5. Se você veio de um ambiente familiar que te apoiava, dê um passo para frente. (Classe, Gênero, Sexualidade). (BERTASSO; NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2020, p.1-2)

Ao final de cada realização desta “Caminhada dos privilégios” o impacto causado nos grupos sempre foi notável, com a visualização física da posição de cada pessoa na caminhada, geralmente com poucas pessoas à frente, que são as pessoas privilegiadas socialmente, alguns(as) na região central, sem avançar muito da linha inicial e, ainda, alguns(as) mais atrás, quase no final do caminho. Este impacto da visualização da posição de cada pessoa na Caminhada se ampliava com o diálogo e debate em sala de aula, em que cada pessoa se apresentava, contava um pouco de si e o que impressionou mais na realização a dinâmica, possibilitando que cada pessoa do grupo refletisse sobre privilégios, identidades, diferenças, desigualdades, preconceitos de classe, raça, gênero, religião etc.

A dinâmica realizada nesta aula inaugural das diversas edições da disciplina condensava muitas das problemáticas que seriam mais bem trabalhadas no decorrer de cada semestre e foi avaliada de modo positivo pela maioria dos grupos. No período da pandemia de Covid 19, em que tivemos aulas remotas, em 2020 e 2021, a dinâmica foi improvisada, ampliando o debate e explicações sobre as perguntas e os marcadores sociais problematizados, e continuou sendo avaliada positivamente pelas turmas. Nos anos mais recentes, final de 2023 e começo de 2024, algumas pessoas começaram a manifestar algum desconforto com a dinâmica realizada na representação física da Caminhada e houve uma edição em que ela deixou de ser realizada em razão disso. As percepções dos últimos grupos de estudantes demonstram algumas mudanças no perfil das turmas, já que nos anos em que a disciplina foi eletiva havia um grande interesse por parte dos(as) estudantes, ainda nos primeiros anos em que a disciplina se tornou



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



obrigatória havia estudantes muito interessados(as) e já com um certo nível de letramento sobre os estudos de gênero e feminismos. Nas turmas mais recentes, havia mais heterogeneidade nos grupos, com algumas pessoas desinteressadas ou com dificuldades em estudar as temáticas da disciplina. Apesar de tais aspectos se constituírem em desafios concretos para o ensino sobre os estudos de gênero e feminismos, são também manifestações do quanto a disciplina é necessária para uma formação introdutória sobre as temáticas que são trabalhadas na disciplina.

3. GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES

O segundo módulo da disciplina trata de “Gênero e interseccionalidades”, busca abordar sobre os principais marcos dos movimentos feministas, sobre gênero e sexualidade, raça, classe, etnia e geração, assim como masculinidades e identidades trans. É um módulo importante para refletir sobre a produção de conhecimento por parte do jornalismo, pois partimos da compreensão de que gênero não opera sozinho nas relações entre sujeitos, já que outros marcadores sociais da diferença situam os sujeitos em diferentes posições de opressão e/ou de privilégio. A partir da compreensão geral sobre a construção social da identidade e da diferença (Silva, 2000), iniciamos as reflexões primeiramente sobre gênero e sexualidade, refletindo como são construídos socialmente a partir de pedagogias, normas e valores de uma dada cultura, presentes em instâncias sociais tais como família, escola, igreja, instituições legais e médicas que participam desse processo constitutivo. “A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente” (LOURO, 2008, p. 18).

A análise histórica do gênero como construção cultural realizada pela historiadora estadunidense Joan Scott (1995) explica como a construção desta categoria representa a busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas dos anos 1980. “A partir de finais da década de 1980, as feministas começam a questionar



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



o processo histórico ao longo do qual se passou a pensar que o ‘sexo’ e a ‘natureza’ seriam elementos fixos, anteriores à cultura” (PISCITELLI, 2009, p. 143).

O termo gênero surge para evidenciar que qualquer informação sobre mulheres é também informação sobre homens, pois “[...] ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar as ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). A autora faz diversas críticas ao modo como o termo gênero vinha sendo utilizado no período, como o uso restrito aos estudos sobre mulheres, crianças, famílias e “ideologias de gênero”. Diferente disso, Scott (1995) propõe uma definição de gênero articulada com a organização social e com as relações de poder:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. (SCOTT, 1995, p. 86)

Este conceito de gênero inclui não somente a família como a base da organização social, mas também o mercado de trabalho, a educação, o sistema político etc. Assim, as mudanças culturais e sociais também transformam as relações de gênero. Nas décadas de 1990 e 2000 se tem uma “nova política de gênero” (PISCITELLI, 2009), a partir de movimentos de reivindicação de direitos sexuais que defende os direitos de intersexos, transexuais e travestis, e que exigem reformulações no conceito de gênero, tendo como principal expoente Judith Butler (2003), filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e teoria queer.

Butler (2003) argumenta sobre a identidade de gênero performativa, ao questionar a categoria “do sujeito” como algo construído performativamente por atos



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



de fala – formulação conceitual inicialmente desenvolvida por J.A. Austin (1998), que são repetidamente aprendidos e cristalizados ao longo do tempo, mas que, justamente pelo fato de serem atos performativos, tais repetições podem ser questionadas e interrompidas. Assim, Butler (2003) problematiza a oposição binária entre sexo e gênero, argumentando que a categoria sexo é também uma categoria social e culturalmente construída, e gênero é um efeito, uma categoria performativamente construída.

Além do gênero, a interseccionalidade, conceito elaborado por Kimberlé Crenshaw, pesquisadora e ativista norte-americana, no final da década de 1980, argumenta sobre as diversas formas de opressões e exclusões sociais em relação às identidades racializadas, de mulheres negras, indígenas, imigrantes, deficientes etc. Segundo Crenshaw (2004, p. 9) “uma das razões pelas quais a interseccionalidade constitui um desafio é que, francamente, ela aborda diferenças dentro da diferença”, desafiando incorporar nas problemáticas sociais questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero, assim como outros marcadores sociais como idade, deficiência, orientação sexual etc., pois a questão da “[...] interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2004, p. 10).

Tal perspectiva interseccional, ainda que não tenha sido inicialmente conceituada com esta terminologia, já vinha sendo pontuada pelas feministas negras, em diferentes momentos históricos, desde os primeiros movimentos feministas, conforme tem sido abordado pelas pensadoras estadunidenses Angela Davis (2016) e Patricia Hill Collins (2022). Tal perspectiva está presente no argumento da professora e antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (1984) sobre o duplo fenômeno do racismo e sexismo na cultura brasileira: “Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Os diálogos sobre os marcadores interseccionais, principalmente sobre as questões em torno de raça e identidade de gênero trans, em algumas vezes geraram resistências ao debate por parte de algumas pessoas que julgavam não ter ‘lugar de fala’ para o debate sobre tais questões. Entretanto, o lugar social ocupado por uma pessoa não é determinante do seu lugar de fala, conforme argumenta Djamila Ribeiro (2017), filósofa feminista brasileira:

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva. (RIBEIRO, 2017, p. 69-70)

Uma pessoa que não é racializada não deixa de conviver e presenciar o racismo cotidiano, assim como uma pessoa heterossexual não deixa de ter conhecimento sobre a homofobia, e uma pessoa cisgênero tem consciência sobre a transfobia, e assim sucessivamente em relação a outros marcadores sociais da diferença que geram preconceitos e desigualdades. Logo, todos(as) temos a obrigação de refletir e dialogar sobre tais problemáticas sociais. Foi isso que a proposta dialógica da disciplina se propôs deste a sua concepção e planejamento até a construção coletiva a cada nova turma que ingressava no curso.

3.1. Representações de gênero na mídia e no jornalismo



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



O terceiro módulo da disciplina trata de representações de gênero nas mídias, questões de gênero abordadas pelo jornalismo, práticas de jornalismo feminista e resistências e transgressões na perspectiva de gênero em comunicação e jornalismo, com base em autoras como Rosa Maria Bueno Fischer (2002), Márcia Veiga da Silva (2014), Jessica Gustafson (2019), dentre outros(as). Ainda que na apresentação dos conteúdos da disciplina esteja elencado como o terceiro módulo, as representações de gênero e outros marcadores interseccionais na mídia e no jornalismo são discutidos nos diversos conteúdos da disciplina, no decorrer de todo o semestre.

Os resultados da realização do Global Media Monitoring Project (GMMP) – maior pesquisa longitudinal do mundo que monitora a representação de gênero na mídia jornalística – demonstrou que no Brasil há a persistente desigualdade de gênero nas representações. No monitoramento e análise dos conteúdos de 683 notícias em 2025, oriundas de 38 veículos jornalísticos da mídia tradicional e hegemônica, os resultados apontam que apenas 19% dos sujeitos (pessoas retratadas como centrais nas notícias, em que o texto trata sobre elas ou algo que fizeram ou disseram) eram mulheres, sendo que os homens foram protagonistas em 81% delas, conforme o Relatório Nacional Brasil de 2025 (WHO, 2025).

A desigualdade de gênero nas representações presentes nas notícias permite interpretar o jornalismo como importante tecnologia de gênero (Lauretis, 2019), que tanto pode construir como desconstruir representações, comportamentos e relações de poder que podem ou não reforçar estereótipos de gênero e desigualdades. Como argumenta Veiga da Silva (2014), o jornalismo é generificado e reproduz as relações de gênero e de poder hegemônicos da organização cultural e social, conforme a autora observou na sua pesquisa. Isso reflete em hierarquias e desigualdades tanto nas relações dentro da redação quanto nas notícias produzidas.

Nos diferentes exercícios de análises de representações realizados no decorrer da disciplina foi possível observar as desigualdades. Em específico sobre os trabalhos



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



de avaliação da disciplina, houve algumas mudanças no decorrer das edições. Na concepção inicial, a proposta seria de que o trabalho final da disciplina, que poderia ser realizado tanto em grupos, duplas ou individualmente, seria desenvolver um produto jornalístico que visasse transgredir em relação às práticas jornalísticas hegemônicas no que se refere às questões de gênero, assim como outras interseccionalidades, se fosse o propósito de tal grupo ou estudante, conforme relatamos em outro trabalho:

Os trabalhos finais foram bem variados, tais como: - dois programas de rádio, sendo um deles em formato de entrevista sobre arte e visibilidade das temáticas que envolvem sujeitos lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBTs) e outro sobre um histórico das lutas feministas no Brasil; - um programa televisivo com entrevistas sobre visibilidade LGBT; - uma reportagem multimídia com o tema “Identidades”, com um conjunto de reportagens que abordam como as pessoas se percebem e como os padrões impostos socialmente influenciam as manifestações dessas identidades; - um fanzine sobre a imprensa feminina e feminista, destacando as primeiras publicações no mundo e no Brasil, e, no final, as atuais publicações brasileiras; - três reportagens em texto, sendo uma sobre a vida de um jovem transgênero, a outra sobre a vida de um jovem homossexual, e a terceira reportagem sobre as mulheres que sofrem assédio nas redações jornalísticas; - um texto mais teórico relacionando as concepções de gênero com os valores-notícia nas reportagens esportivas; - uma crônica sobre a mudança de pensamento do autor sobre as perspectivas de gênero e a sua experiência ao entrevistar uma travesti. (BERTASSO; NASCIMENTO; GUSTAFSON, 2020, p.6)

A realização deste tipo de proposta de avaliação final da disciplina encontrou algumas resistências, em específico pela própria estrutura curricular do curso. Colegas docentes gestores do departamento e do curso avaliaram que a proposta interferiria o andamento de disciplinas laboratoriais, gerando falta de espaço nos laboratórios e no uso de equipamentos. Em razão disso a proposta foi alterada para a realização de resenhas críticas relacionando textos teóricos trabalhados no decorrer da disciplina com livros literários que já tinham sido lidos pelos(as) estudantes e que abordavam algumas das questões que foram trabalhadas na disciplina. A mudança na proposta não prejudicou o exercício crítico de análise por parte dos(as) estudantes, mas de certo



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



modo abrandou a abrangência de uma abordagem transdisciplinar das temáticas de gênero e interseccionalidades nas demais disciplinas do currículo do curso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procurei contar um pouco da trajetória e da vivência experienciada na prática docente do ensino sobre identidade, diversidade e gênero para a formação de estudantes de jornalismo. O objetivo foi de refletir sobre os desafios e potencialidades do ensino sobre Identidade, Diversidade e Gênero no Jornalismo, pensando sobre algumas das teorias trabalhadas na disciplina com algumas experiências práticas da docência.

Sobre os desafios, ressalto que a construção coletiva da proposta, tanto entre as docentes quando em relação aos diferentes grupos de estudantes, exigiu desde o início um estudo direcionado para estas temáticas, que estão em constante atualização, além de um exercício de autorreflexão a partir de nossas próprias identidades. Há constantemente a necessidade de exercícios de desconstrução de alguns aprendizados culturais que fazem parte da nossa cultura, como o machismo e o racismo, por exemplo, e de uma abertura para a subversão e transformação de valores sociais hegemônicos.

Sobre as potencialidades, as próprias questões relativas aos desafios são características potenciais para a busca da igualdade nas relações de gênero, no combate ao machismo, à misoginia, aos discursos de ódio, ao racismo, homofobia, transfobia etc. e de respeito às diferenças. Há o potencial de que as questões debatidas sobre identidade, gênero e interseccionalidades, como raça, etnia, classe, sexualidade etc. se expanda de modo transversal para as demais disciplinas do currículo, nas ações de pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de jornalistas éticos(as), responsáveis e comprometidos(as) com a no combate às desigualdades e na busca de justiça social.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



REFERÊNCIAS

AYRES, Melina de la Barrera; BERTASSO, Daiane. Jornalismo e gênero: o caso de uma disciplina construída coletivamente. *In: ANAIS DO 18º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 2020, Online. **Anais eletrônicos...**, Galoá, 2020. Disponível em: <<https://proceedings.science/sbpjor-2020/trabalhos/jornalismo-e-genero-o-caso-de-uma-disciplina-construi-da-coletivamente?lang=pt-br>> Acesso em: 13 Mar. 2026.

AYRES, Melina de la Barrera. Jornalismo e Gênero no JORUFSC. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, [S. l.], v. 13, n. 31, p. 1–16, 2024. DOI: 10.46952/rebej.v13i32.1216. Disponível em: <<https://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/1216>>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BERTASSO, Daiane; NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jessica. Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 28, n. 2, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n258720. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n258720>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

FEMININO. *In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/feminino/>>. Acesso em 13 Mar. 2026.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas**: a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. V. 14. Florianópolis: Insular, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** 5, 1995.

HOMEM. In: MICHAELIS **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/homem/>>. Acesso em 13 Mar. 2026.

LAURETIS, T. de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.) **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MASCULINO. In: MICHAELIS **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/masculino/>>. Acesso em 13 Mar. 2026.

MULHER. In: MICHAELIS **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mulher/>>. Acesso em 13 Mar. 2026.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa B.; SZWAKO, José Eduardo. (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis &Vertecchia, 2009, p. 116-148.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, Justificando, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.



25º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo

ENEJOR

O ENSINO DE JORNALISMO E A CRISE CLIMÁTICA

Brasília-DF

22,23 E 24 DE ABRIL

2026

PROMOÇÃO

REALIZAÇÃO

FOMENTO

APOIO



SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-79, 1995. Disponível em <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em 09 Out. 2016.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis-SC: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PPGCOM-UFRGS, 2015.

WHO makes the news? **GMMP+30** – Relatório Nacional Brasil, 2025. Disponível em: <<https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2026/02/GMMP2025-RelatorioNacional-Brasil.pdf>>. Acesso 13 Mar. 2026.